

Clipping Diário

TJPI



04/12/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	04/12/19		

04/12/19, 08:08

Operação cumpre mais de 60 mandados contra quadrilha suspeita de roubo e furto de veículos

Mais de 60 mandados judiciais, entre ordens de prisão e busca e apreensão, estão sendo cumpridos durante operação Apocalipse deflagrada pela Delegacia de Polícia Interestadual (Polinter) na manhã desta quarta-feira (04). Mais de 100 policiais lotados em distritos em Teresina e também no interior, além de especializadas, estão em campo para desarticular organizações criminosas voltadas para o roubo, furto, receptação e adulteração de veículos na Capital.

A investigação teve início em 2018 após o aumento no número de roubos e furtos de motos e carros na Capital quando foi constatada a ação de dois grupos de criminosos que teriam se unido e se organizado para atuar também na receptação e adulteração de veículos.

"Essa operação começou com prisões normais de autoria de furto e roubo de motocicletas e outros veículos automotores. Eles começaram a declinar para quem revenderiam esses veículos roubados. A partir dessas informações instaurou-se inquérito por organização criminosa e chegamos à autoria desses crimes. Essa organização criminosa tem mais de 30 pessoas, mais de dez já se encontram no sistema prisional, ou seja, durante a investigação eles foram presos por outros crimes", disse o delegado geral da Polícia Civil do Piauí Luccy Keiko.

O delegado explica que entre os presos há 'especialistas' em adulteração de chassis dos veículos roubados.

"Muitas motocicletas roubadas e furtadas já tinham endereços certos ali na zona Sul, familiares de um indivíduo conhecido como Diabão. Eles adulteravam esses veículos e tinha uma pessoa que confeccionava documentos para esquentar os veículos. Então, conseguimos identificar muitos autores de roubos, receptadores e as pessoas que adulteravam os veículos e os que falsificavam os documentos", disse Keiko.

Os mandados judiciais foram deferidos pelo juiz da Central de Inquéritos da comarca de Teresina Luiz de Henrique Moreira Rego, após parecer favorável do Ministério Público.

O nome Apocalipse refere-se ao “fim dos tempos”, expressando a intenção da Polinter de dar fim à criminalidade organizada que contribui para a ocorrência de crimes de furto e roubo de motocicletas, desarticulando um esquema articulado de receptação, adulteração e venda de veículos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal O Dia	04/12/19		

Polícia desarticula quadrilhas especializadas em roubar carros em THE

Op. Apocalipse: grupos se comunicaram para articular roubos e falsificações de documentos dos veículos. São, ao todo, 63 mandados sendo cumpridos.

04/12/2019 07:56h - Atualizado em 04/12/2019 08:26h

A **Polícia Civil** amanheceu esta quarta-feira (04) cumprindo uma série de **mandados de prisão preventiva e temporária** contra pessoas especializadas em adulterar chassis de veículos e **roubar motos e carros**. Os grupos agiam em Teresina e, segundo apontam as investigações mantinham comunicação um com o outro atuando, inclusive na confecção de documentos de identificação automotiva falsos.

Estão sendo executados 37 mandados de prisão temporária e preventiva, e 26 de **busca e apreensão**, mas a polícia ainda não informou quantas pessoas já foram detidas. A ação, que foi denominada de Apocalipse, é coordenada pela Polinter. De acordo com o delegado geral de Polícia Civil do Piauí, Luccy Keiko, os **acusados** respondem por crimes de associação criminosa, furto, roubo, receptação e adulteração veicular.

“As investigações iniciaram a partir do aumento do roubo e furtos de carros e motos na Capital, e o **inquérito** que culminou nessa operação já corre a mais ou menos um ano e meio no âmbito da Polinter. O que nós percebemos foi que esses grupos agiam organizadamente, inclusive se comunicando pra articularem em detalhes seu modus operandi.

A Operação Apocalipse envolve cem policiais da **Polinter**, dos Distritos Policiais da Capital, bem como agentes da Delegacia de Entorpecentes, Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa. Também dão apoio as Delegacias de Esperantina, Água Branca, de Pedreiras, no Maranhão. A Secretaria de Justiça também integra a força tarefa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal O Dia	03/12/19		

Prefeito que usou ambulância para pagar dívida pessoal é preso no Piauí

Ele foi preso ao lado da esposa, da mãe e do pai. As investigações apontaram ainda fraudes em licitações e lavagem de dinheiro

03/12/2019 14:57h - Atualizado em 03/12/2019 15:06h

O **prefeito de Bertolândia, Luciano Fonseca**, sua **esposa, Ringlasia Lino Pereira dos Santos**, a **mãe, Eliane Maria Alves da Fonseca**, e o **pai, Aluízio José de Sousa**, foram **presos** nesta terça-feira (3) na "**Operação Baruci**", desencadeada pelo **Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Piauí**.

A força-tarefa cumpriu ainda mandado de prisão temporária contra Max Weslen Veloso de Moraes Pires; Ronaldo Almeida da Fonseca; Rodrigo de Sousa Pereira; Kairon Tácio Rodrigues Veloso; e Richel Sousa e Silva. Mandados de busca e apreensão também foram cumpridos em endereços do ex-prefeito de Sebastião Leal, José Jeconias, e na sede de empresas.

Os mandados foram expedidos pelo **Tribunal de Justiça do Piauí** depois que as investigações apontaram que o prefeito de Bertolândia, Luciano Fonseca, entregou uma **ambulância** do município para pagar uma **dívida pessoal**. São investigados ainda os crimes de **desvio de dinheiro público** através de **empresas fantasmas, fraudes em licitações e lavagem de dinheiro**.

Segundo o Ministério Público, está comprovado que os desvios no município chegam ao valor de **R\$ 3 milhões**. "A Justiça decretou ainda o sequestro e indisponibilidade dos bens móveis e imóveis dos investigados no valor correspondente à comprovação do desvio aos cofres públicos do município de Bertolândia no valor de R\$ 3.296.323,81", afirmou o GAECO/MPPI.

Luciano Fonseca foi afastado do cargo de prefeito. A reportagem do Portal O DIA não conseguiu contato com a assessoria de Luciano Fonseca e dos outros envolvidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Viagora	03/12/19		

TJ-PI institui Programa de Aposentadoria a servidores efetivos

A adesão ao benefício fica limitada a 80 servidores e os pedidos de adesão serão classificados por ordem cronológica.

- **DA REDAÇÃO**

O Pleno do Tribunal de Justiça do Piauí aprovou, nessa segunda (02), o Projeto de Lei que institui o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos do TJ-PI no ano de 2020.

Segundo o texto aprovado pelos desembargadores, o projeto deverá ser custeado com recursos financeiros e orçamentários do Poder Judiciário. Podem aderir ao Programa de Aposentadoria Incentivada os servidores efetivos que Poder Judiciário que preenchem os requisitos para aposentadoria voluntária.

Em caso de adesão ao PAI, a permanência do servidor no exercício das funções do cargo poderá ser aceita até a data da publicação do ato de aposentadoria, que será de caráter irreversível e impossibilitará nomeação e investimento em cargo que provimento em comissão no Poder Judiciário pelo prazo de três anos.

O incentivo de adesão ao Programa corresponde à indenização de 50% do valor correspondente ao somatório dos auxílios, indenizações e abono de permanência no período compreendido entre a data de adesão e a data da aposentadoria, no entanto é limitado ao valor de R\$ 100 mil.

Ainda de acordo com o Projeto de Lei “a adesão ao PAI fica limitada a 80 servidores e os pedidos de adesão serão classificados por ordem cronológica, segundo listagem formada a partir de análise do órgão gerenciador e decididos pelo presidente do Tribunal”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	02/12/19		

02/12/19, 17:50

TJ aprova projeto de aposentadoria voluntária para 80 servidores

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) aprovou, nesta segunda-feira (2), um projeto de lei que institui o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI). O programa é destinado a servidores efetivos do TJ que quiserem aderir em 2020. A proposta foi aprovada pelos desembargadores por unanimidade e agora será enviado à Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi).

Segundo o texto aprovado pelos magistrados, o PAI deverá ser custeado com recursos financeiros e orçamentários do Poder Judiciário relativos ao exercício de 2020, cabendo ao chefe do Poder Judiciário “definir a margem dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao custeio, bem como a conveniência e oportunidade de sua implementação e execução no exercício”.

De acordo com o TJ, podem aderir ao PAI os servidores efetivos do Poder Judiciário que preencham os requisitos para aposentadoria voluntária, na forma da legislação vigente para os servidores estaduais.

“É vedada a adesão ao PAI do servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar e a processo judicial pela imputação de ato ou fato criminoso, ímprobo ou outro que implique a perda do cargo ou a restituição de valores ao erário”, informa o projeto.

Quem aderir ao programa ficará no exercício das funções do cargo até a data da publicação do ato de aposentadoria, que será de caráter irreversível e impossibilitará nomeação e investidura em cargo de provimento em comissão, no Judiciário pelo prazo de três anos.

Ainda segundo o TJ, o incentivo de adesão ao PAI corresponde à indenização de 50% do valor correspondente ao somatório dos auxílios, indenizações e abono de permanência devidos no período compreendido entre a data de adesão ao programa e a data da aposentadoria compulsória, limitado ao valor de R\$ 100 mil.

O projeto prevê uma adesão limitada a 80 servidores. Os pedidos de adesão serão classificados por ordem cronológica, segundo listagem formada a partir de análise do órgão gerenciador e decididos pelo presidente do Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CidadeVerde.com	03/12/19		

Prefeito, pais e esposa são presos em operação do GAECO em Bertolândia

Nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (03/12), o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), realizou a prisão do prefeito da cidade de Bertolândia, Luciano Fonseca, durante uma operação que tem como objetivo desarticular um grupo criminoso que estaria atuando no município e desviando recursos públicos.

Luciano Fonseca foi preso de forma preventiva, além dele, foram expedidos vários mandados de prisão temporária. Entre eles, Aluizio José de Sousa, pai do prefeito; Ringlasia Lino Pereira dos Santos, esposa do prefeito; Eliane Maria Alves da Fonseca, mãe do prefeito; Richel Sousa e Silva, primo do prefeito; Rodrigo de Sousa Pereira, assessor do prefeito; Max Weslen Veloso de Moraes, procurador de Bertolândia; Kairon Tácio Rodrigues, primo do procurador e Ronaldo Almeida da Fonseca, comissionado.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, Edvaldo Pereira de Moura, foi quem tomou a decisão para o cumprimento dos mandados de prisões na tarde de segunda-feira. Após pedido do promotor, Luciano Fonseca foi afastado imediatamente das suas funções e o vice-prefeito vai assumir a gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	03/12/19		

Bertolândia - PI

Prefeito de Bertolândia Luciano Fonseca é preso pelo Gaecco

Ainda foram presos na operação o pai, a mãe, a esposa do prefeito de Luciano Fonseca e outras cinco pessoas.



Prefeito Luciano Fonseca, mãe, pai e esposa são presos

O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) deflagrou nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (03) Operação Bacuri e prendeu o prefeito do município de Bertolândia, Luciano Fonseca (PT). O objetivo da ação é desarticular um grupo criminoso que atuava no município, causando prejuízo ao erário. A operação cumpriu mandados em Bertolândia, Sebastião Leal e em Teresina.

O endereço do ex-prefeito de Sebastião Leal, José Jecônias e os endereços de empresas envolvidas foram alvos de busca e apreensão. Participaram da execução dos mandados a Polícia Civil, incluindo a Delegacia de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (DECCOR), Polícia Militar, Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) e Polícia Rodoviária Federal.

Além do prefeito Luciano Fonseca, que foi alvo de um mandado de prisão preventiva, são alvos de mandados de prisão temporária: Ringlasi Lino Pereira dos Santos (esposa do prefeito); Eliane Maria Alves da Fonseca (mãe do prefeito); Richel Sousa e Silva (primeiro do prefeito); Aluizio José de Sousa (pai do prefeito); Max Weslen Velloso de Moraes Pires (procurador do município); Rodrigo de Sousa Pereira (assessor especial do prefeito); Ronaldo Almeida da Fonseca (comissionado) e Kairon Tácio Rodrigues Velloso (primeiro do procurador do município).

O promotor José William, responsável pelas investigações, pediu ainda o imediato afastamento do prefeito Luciano Fonseca de suas funções e notificou o presidente da Câmara Municipal de Bertolândia para dar posse ao vice-prefeito, Geraldo Fonseca. O prefeito Luciano Fonseca teve decretada ainda a indisponibilidade de seus bens móveis, imóveis e em valores de suas contas bancárias limitando-os a R\$ 3.296.323,81 (três milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

A decisão foi dada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, Eivaldo Pereira de Moura, na tarde dessa segunda-feira (02).

Na mesma decisão, o desembargador autorizou ainda que o GAECO faça a extração e análise dos conteúdos presentes nos aparelhos celulares alvos de busca e apreensão, bem como a análise das contas de whatsapp, telegrama e similares; quebra de cofres caso haja negativa por parte de seu proprietário.

Como agiu o grupo criminoso:

Prefeito

O prefeito Luciano Fonseca era o chefe da quadrilha e tinha conhecimento de todas as ações.

Esposa do prefeito

Ringlasi Lino Fonseca é esposa do prefeito Luciano Fonseca e ocupou diversos cargos na administração como secretária de Finanças, diretora do Hospital Municipal Rita Martins e secretária municipal de Assistência Social. Ringlasi era autorizada a movimentar contas municipais e é corresponsável por fazer transferências e transações irregulares, tendo recebido valores significativos em sua conta bancária.

Mãe do prefeito

A secretária de Saúde do município, Eliane Maria Alves da Fonseca, é mãe do prefeito e também foi presa. Além de estar envolvida no desvio de uma ambulância do município, que teria sido dada como pagamento de uma conta pessoal do filho com Jorge Rodrigo de Almeida Castro, Eliane seria uma das principais operadoras do esquema de desvio de dinheiro.

Entre os anos de 2013 e 2018 Eliane movimentou 5.789.329,00 em sua conta bancária através de transações com as empresas Attanasio Silva Veículos e Carvalho e Araújo Hortifrutigranjeiros, ambas contratadas pelo município. A última empresa foi contratada sem ser publicado o contrato do Diário Oficial do Município. O MP acredita que a empresa era de fachada.

Pai do prefeito

O pai do prefeito Luciano Fonseca, Aluizio José de Sousa também foi preso. Ele é dono de uma farmácia e recebeu em suas contas bancárias valores significativos das empresas Attanasio Veículos e Construtora Aparecida LTDA supostamente proveniente de recursos públicos desviados. As empresas são de Richel Sousa e Kairon Tácio, respectivamente.

Primeiro do prefeito

Richel Sousa e Silva é primeiro do prefeito Luciano Fonseca e foi contatado pela Prefeitura de Bertolândia. Richel recebeu o montante de R\$ 212.799 em virtude de prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica ao município. É sócio da empresa Attanasio Silva Veículos, que mantém contrato de locação de veículos para lavar valores desviados do erário municipal, repassando de volta para o prefeito. O levantamento do Ministério Público aponta que ele movimentou entre 2013 e 2018 um total de R\$ 7.451.822,84 através de pequenas transações bancárias.

Procurador do município

O Procurador Municipal de Bertolândia, Max Weslen Velloso de Moraes Pires era o principal operador da organização criminosa. Segundo a denúncia, Max preparava pareceres jurídicos com o escopo de dar aparência de legalidade aos contratos oriundos de licitações fraudulentas. O procurador é acusado de desvio de recursos públicos, fraude de licitação e lavagem de dinheiro, tendo movimentado mais de 5 milhões de reais entre 2013 e 2018.

Primeiro do Procurador

O filho da diretora do Departamento de Pessoal do Município e primeiro do Procurador, Kairon Tácio Rodrigues Velloso é sócio administrador da Construtora Aparecida LTDA e é ex-empregado do Posto San Mathheus (empresa investigada). O MP destaca que a construtora é contratada do município para prestação de serviço de limpeza pública. Durante o período investigado a empresa recebeu R\$ 1.707.224,00. Kairon fez diversos repasses para Max Weslen e Richel Sousa. A sede da empresa fica na própria residência de Kairon e não há registro de empregados. As pessoas que trabalham na limpeza do município recebem remuneração direta da Prefeitura de Bertolândia.

Assessor especial do prefeito

Rodrigo de Sousa Pereira é assessor especial do prefeito e anteriormente desempenhava a função de diretor do Departamento de Transportes e Serviços Gerais. Apesar de ter remuneração mensal de R\$ 1.600,00 ele teria movimentado R\$ 1.309.541,75 através de transações com as empresas investigadas MC Construções e Assessoria Eirelli EPP (com sede em Piranhas - AL) e S/A Alimentação (cujos sócios são a mãe e tio de Max Weslen).

Contratado da prefeitura

Ronaldo Almeida da Fonseca é contratado do município para prestação de serviço de limpeza urbana, apesar do município também ter um contrato com o mesmo objetivo com a Construtora Aparecida. Ele informa ter recebido R\$ 56.622,00, mas a análise da sua conta diz que em sua conta bancária foi movimentado R\$ 3.794.257,30.

Outro lado

As defesas do prefeito Luciano Fonseca e dos demais alvos da operação não foram localizadas pelo GP1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
RioParnaíba.com	03/12/19		

Prefeito de Bertolândia Sul do Piauí, esposa e pais são presos em operação do GAECO

Publicado por [Eduardo Garcesem](#) 3 de dezembro de 2019 em [Sem categoria](#)

Nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (03/12), o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), realizou a prisão do prefeito da cidade de Bertolândia, Luciano Fonseca, durante uma operação que tem como objetivo desarticular um grupo criminoso que estaria atuando no município e desviando recursos públicos.

Luciano Fonseca foi preso de forma preventiva, além dele, foram expedidos vários mandados de prisão temporária. Entre eles, Aluízio José de Sousa, pai do prefeito; Ringlasia Lino Pereira dos Santos, esposa do prefeito; Eliane Maria Alves da Fonseca, mãe do prefeito; Richel Sousa e Silva, primo do prefeito; Rodrigo de Sousa Pereira, assessor do prefeito; Max Weslen Veloso de Moraes, procurador de Bertolândia; Kairon Tácio Rodrigues, primo do procurador e Ronaldo Almeida da Fonseca, comissionado.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, Edvaldo Pereira de Moura, foi quem tomou a decisão para o cumprimento dos mandados de prisões na tarde de segunda-feira. Após pedido do promotor, Luciano Fonseca foi afastado imediatamente das suas funções e o vice-prefeito vai assumir a gestão.



Prefeito de Bertolândia, Luciano Fonseca

FONTE:MN